

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Portaria 4.760 de 18 de Abril de 2022)

PROCESSO LICITATÓRIO nº 01/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO FECHADO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LANCHE PARA O PODER LEGISLATIVO (SERVIDORES E VEREADORES)

PREÂMBULO

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Unaí, Estado de Minas Gerais, usando a competência delegada na **Portaria 4.760 de 18 de Abril de 2022** torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO FECHADO**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de lanche para o Poder Legislativo (servidores e vereadores) que será regida pela **Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002**, Decreto n.º 3.555 de 08.08.2000, pela Lei Federal 8.666 de 21.06.93 e demais condições fixadas neste edital.

As propostas deverão obedecer as especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço mencionado abaixo, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na sala do Setor de Compras e licitação da Câmara Municipal de Unaí, situada na Avenida José Luiz Adjuto nº 117, às **14:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2023** e será conduzida pelo Pregoeiro Deusdete José Ferreira, com o auxílio da Equipe de Apoio designada na Portaria supracitada.

I - DO OBJETO

1.1 -A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de lanche ao Poder Legislativo (servidores e vereadores) nos dias em que houver expediente na Câmara Municipal de Unaí, pelo período da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2023, conforme

quantitativo e especificação previsto no Termo de Referência-Anexo I-folha 2 e Anexo **VIII deste Edital.**

1.2 – O lanche a ser fornecido deverá ser da mesma qualidade do que é vendido no varejo pela empresa vencedora, sob pena de cancelamento do Contrato.

II - DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.2 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga, **ou credenciamento conforme o modelo do anexo III.**

3.2 - O representante legal ou o procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3 - Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada e cada representante poderá representar apenas 1 (uma) licitante.

3.4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do (a) Pregoeiro (a).

3.5 – NO CASO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE DEVERÁ SER APRESENTADA TAMBEM DECLARAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, POR FORA DOS ENVELOPES 1 E 2. BEM COMO, TAMBEM FORA DOS ENVELOPES A:

3.5.1 - CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME OU EPP EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO SEDE DA LICITANTE DATADA DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES.

3.5.1.2 - CASO HAJA DÚVIDAS QUANTO À VERACIDADE DO CONTEÚDO DA CERTIDÃO EXIGIDA NO ITEM 3.5.1, A ADMINISTRAÇÃO BAIXARÁ DILIGÊNCIA PARA APURAR AS INFORMAÇÕES, COM FULCRO NO ART. 43, §3º DA LEI 8.666/93.

3.5.1.3 - VERIFICADO QUE A EMPRESA JÁ NÃO SE ENQUADRA MAIS NA CATEGORIA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUANDO APRESENTOU A CERTIDÃO, SERÁ ABERTO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II ao Edital **deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.**

4.2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e invioláveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº 01/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023
DATA DE ABERTURA: 27/02/2023

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

PROCESSO Nº 01/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023
DATA DE ABERTURA: 27/02/2023

4.3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

4.4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio. (previsto na lei 8.666/93, art. 32)

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome, endereço, CNPJ;

b) **número do Processo e do Pregão;**

c) descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da

Procedência, **Marca** em conformidade com as especificações do Termo de Referência descrito no Anexo I, folha 2 deste Edital;

d) **preço unitário e total**, em moeda corrente nacional, em algarismo com duas casas decimais após a vírgula, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

e) Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**.

5.2 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

5.3 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

6.1 - O Envelope **"Documentos de Habilitação"** deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cédula de Identidade;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “c”, deste subitem;

e) Inscrição do ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

6.1.2 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

6.2.1 - Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresse na própria Certidão.

6.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.3.1 Ato de registro ou autorização para funcionamento em vigor expedido pelo órgão competente (Vigilância Sanitária).

6.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos sócios proprietários e prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de Regularidade para com as Fazendas **Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante na forma da Lei;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (**INSS**) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

6.4.1 - Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos,

perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93); modelo **ANEXO V**.

6.5 - Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

6.6 - Microempresas e empresas de pequeno porte

6.6.1 – As Microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação arrolada exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que presente alguma restrição.

6.6.2 – Havendo Alguma Restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o Licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.6.3 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 6.6.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.7 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.7.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **60 (sessenta)** dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.7.2 – O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1 - No horário e local indicado, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o **credenciamento** dos interessados em participar do certame.

7.2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.**

7.2.1 - Iniciada a abertura do **primeiro envelope proposta**, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, quantidades, tamanhos, prazos e condições fixadas neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

7.4 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.5 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.6 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela; (artigo 4º, inciso VIII da lei 10.520),
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três) para oferecerem novos lances verbais e

sucessivos. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.6.1 - Para efeito de seleção será considerado o menor preço por lote único fechado, já que será mais vantajoso para a Administração e não restringirá a ampla participação de licitantes, bem como para trazer unificação ao objeto, dada sua característica de alimentação, onde um item depende do outro para o fornecimento completo, além de facilitar a logística, no qual o atraso de um dos itens prejudicaria o atendimento da demanda e a economia de escala diante da quantidade a ser entregue.

7.7 - O Pregoeiro convidará o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela para formularem novos lances verbais e de forma sequencial, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.8 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos, decrescentes e inferiores à proposta de menor preço.

7.8.1 - O Pregoeiro poderá estipular o valor do percentual mínimo dos lances.

7.9 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.10 – O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço devendo observar a exequibilidade da oferta.

7.11 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.12- A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.13 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.14 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos; ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.14.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.14.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.15 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.16 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.17 – NEGOCIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.17.1 – Considerada a oferta de menor preço aceitável nos lances, se houver participação de microempresa ou empresa de pequeno porte no certame, serão observadas as disposições da Lei Complementar 123/2006.

7.17.2 – Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.17.3 - Se a proposta/lance da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor colocada for superior em até **5% (cinco por cento)** do valor da licitante de melhor oferta/lance e esta não for microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido oportunidade à microempresa ou empresa de pequeno porte para cobrir a oferta/lance **sem que a empresa que antes tinha a menor oferta tenha oportunidade de dar novo lance.**

7.17.4 – Na hipótese da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não apresentar nova proposta/lance, será convocada a segunda microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, e

assim sucessivamente, até se chegar à margem de 5% superior ao valor da Licitante classificada em primeiro lugar.

7.17.5 – Não havendo nenhuma proposta na faixa de até 5% superior à melhor Oferta, ou não havendo nova proposta/lance de microempresa ou empresa de pequeno porte, a proposta/lance originária será considerada como a melhor classificada.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

8.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de **3 (três) dias** para apresentação de recursos, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr logo após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. (art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520)

8.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará a decadência do direito de recurso e das contrarrazões, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora e a autoridade competente superior homologará o procedimento.

8.5 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 - A adjudicação será feita por menor preço por lote único fechado, já que será mais vantajoso para a Administração Pública e não restringirá a ampla participação de licitantes, bem como trará unificação ao objeto, dada sua característica de alimentação, um item depende do outro para o fornecimento completo, facilitará a logística e trará economia de escala diante da quantidade a ser entregue.

IX – DO CONTRATO

9.1 – será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

9.2 – O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03(três) dias, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

9.2.1 – O instrumento contratual terá vigência até 31 de dezembro de 2023, contado a partir da assinatura do contrato.

9.3 – Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no Prazo estabelecido no item 9.2, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará as ofertas subsequentes e qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2 – O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a Licitante/Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis: advertência e multa.

10.4 - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do serviço contratado;

10.5 – Em caso injustificado do não fornecimento do objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total da licitação, por dia que não entregar devidamente o lance ao Poder Legislativo, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou,

ainda, fora das especificações contratada, inclusive fora das gramas e medidas previstas;

10.6 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

10.7 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.8- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

10.9 - Constituem motivo para rescisão do contrato todas as hipóteses contidas no artigo 78 da Lei 8.666/93, no que for aplicável.

10.10 – A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses do artigo 79 da Lei 8.666/93.

XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - O pagamento da importância relativa a contratação da empresa para o fornecimento do lanche ao Poder Legislativo (servidores e vereadores) correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Unaí, Funcional Programática: **01.306.1000.2006** - Elemento de despesa: **33.90.39.27, Ficha 17.**

XII – DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 – O fornecimento do lanche será diário, de segunda a sexta-feira, em dias em que houver expediente e de acordo com a necessidade da Câmara Municipal durante o ano de **2023**, no horário das 14:30 horas às 15:00 horas e no endereço Avenida José Luiz Adjuto nº 117, Centro, Unaí-MG.

12.2 – O fornecimento diário dos itens **1 a 5** e **16 e 17** constantes no Termo de Referência deste edital será de acordo com o cardápio e a quantidade diária, posteriormente repassado, pela Administração, podendo haver alteração com prévia comunicação, de acordo com a necessidade da Câmara.

12.2.1 - Sendo que, o fornecimento dos produtos especificados no Termo de Referência constante do Anexo I, folha 2 deste edital, nos itens **6 a 15**, será no último dia útil de cada mês em que houver expediente ou em data a ser informada pela Câmara, a partir da assinatura do contrato, conforme a quantidade solicitada previamente pela Administração da Câmara.

12.2.2 – O fornecimento dos itens descritos no termo de referência (1 a 10 e 15) deverá ser somente de produtos fabricados no dia da entrega e os demais produtos deverão ser entregues antes do término dos respectivos prazos de validade e em boas condições.

XII – DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.1 – O Setor de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas, na sede da Câmara Municipal, Avenida José Luiz Adjuto, 117, ou pelo telefone: 38 – 3677-0300.

XIV – DO VALOR

14.1 – Estima-se o valor total desta licitação em **R\$86.315,90 (oitenta e seis mil, trezentos e quinze reais e noventa centavos)**.

XV – DO PAGAMENTO

15.1 – O pagamento devido à contratada será efetuado **mensalmente**, após a apuração do total consumido, mediante apresentação de nota fiscal e a prévia liquidação da despesa pelo setor competente, por meio de Transferência Bancária ou diretamente na sede da contratada pela tesouraria da Câmara.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – A Câmara Municipal de Unaí poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

16.2 – **Ficam os licitantes cientes de que a Câmara poderá acrescentar ou diminuir em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.**

16.3 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

16.5 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

16.6- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

16.7 – O resultado do presente certame será divulgado na forma da lei 10.520/2002 e no endereço eletrônico www.unai.mg.leg.br.

16.8 - Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providencias ou impugnar disposições deste edital, devendo a administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei n.º 8.666/93.

16.9 –Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

16.10 - Acolhida a petição contra este Edital será designada nova data para a realização do certame.

16.11 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

16.12 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no

mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.13 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Contratante.

16.14 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Unaí-MG.

16.15 – Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da licitação, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o foro da comarca de Unaí, excluído desde já, qualquer outro.

16.16 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Formulário de propostas e Termo de Referência

Anexo II - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

Anexo III – Modelo de Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar.

Anexo V – empregador pessoa jurídica

Anexo VI- declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte

Anexo VII – Minuta de Contrato

Anexo VIII - Termo de Referência

Unai-MG, 25 de janeiro de 2023.

Deusdete José Ferreira
Pregoeiro

ANEXO I - Folha 1

**FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA
PROCESSO N°01/2023
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2023**

1. Pela presente, declaramos inteira submissão a Lei n.º 10.520/02, a Lei n.º 8.666/93 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

2. Propomos à Câmara Municipal de Unaí-MG, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:

a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao **fornecimento do lanche**, objeto desta licitação; e,

b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

3. Cotamos como preço global mensal para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes nas folhas xxxxx do presente processo.

4. O fornecimento do lanche será diário, de segunda a sexta-feira, em dias em que houver expediente e de acordo com a necessidade da Câmara Municipal durante o ano de 2023, no horário das 14:30 horas às 15:00 horas e no endereço Avenida José Luiz Adjuto nº 117, Centro, Unaí-MG.

5. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.

Unaí - MG, ____ de _____ de 2023

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ N°:

INSC. ESTADUAL N°:

INSC. MUNICIPAL N°:

BANCO (nome e n°):

AGÊNCIA (nome e n°):

CONTA CORRENTE:

ANEXO I - Folha 2
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº 01/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2023

ÍTEM	QTDE	MARCA	PROCED ÊNCIA	UN	DESCRIÇÃO
					LOTE FECHADO
01	5.700			UN	PÃO DE SAL 50 GR / COM MANTEIGA EMBALAGEM INDIVIDUAL
02	9.000			UN	PÃO DE QUEIJO (+ OU – 40 GRAMAS)
03	9.000			UN	BISCOITO DE QUEIJO (+ OU – 40 GRAMAS)
04	5.700			UN	BOLO DE FUBÁ (10CM X 10 CM)
05	5.700			UN	ROSCA (+ OU – 50 GRS)
06	15			CENTO	PASTELZINHO DE CARNE
07	15			CENTO	COXINHA DE FRANGO
08	15			CENTO	EMPADINHA
09	15			CENTO	CROQUETE DE FRANGO
10	10			CENTO	SANDUICHE NATURAL (PEQUENO)
11	40			PET	REFRIGERANTE DE COLA
12	40			PET	REFRIGERANTE GUARANÁ
13	30			PET	REFRIGERANTE DE LARANJA
14	15			PET	REFRIGERANTE DE GUARANÁ DIET
15	30			KG	BOLO CONFEITADO P/ ANIVERSÁRIO
16	900			LT	LEITE UHT INTEGRAL / CAIXINHA
17	200			PCT	ACHOCOLATADO PCT C/ 800 GRAMAS
					Referencia: (NESCAU)

OBS: Na tabela acima, na coluna Marca é para os itens 11 a 14 e 16, 17. Já na coluna Procedência é para os demais itens e deverá colocar o nome da padaria.

A quantidade estimada poderá ser alterada pela administração com prévia comunicação.

A quantidade diária a ser entregue será repassada através de cardápio a ser fornecido pela Câmara. Sendo que os produtos descritos nos itens 1 a 10 e 15

deverão ser somente produtos fabricados no dia da entrega e os demais produtos deverão ser entregues antes do término dos respectivos prazos de validade e em bom estado de conservação.

Os refrigerantes deverão ser entregues gelados.

O horário de entrega diário será de 14:30 às 15:00 horas na Avenida José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí-MG.

ANEXO II

(fora do envelope)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO**

(Nome da empresa) _____, CNPJ N° _____, sediada na Rua/Av. _____ (Cidade/Estado), declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital, do **Pregão Presencial n° 01/2023**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DATA _____

ASSINATURA _____

Nome do Declarante: _____

ANEXO III

(fora do envelope)

MODELO DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a) _____, portador da cédula de identidade RG _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade RG _____, e inscrito no CPF sob o nº _____ com o fim específico de representar a outorgante perante Câmara Municipal de Unaí, no Pregão **Presencial nº 01/2023**, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Unaí-MG, ____ de _____ de **2.023**

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

ANEXO IV

MODELO

(fora do envelope)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

A empresa: _____ **DECLARA**, sob as penas da lei, especialmente quanto ao disposto na Lei Federal 8.666/93, que não há fato impeditivo de sua participação na Licitação referente ao **Pregão Presencial nº 01/2023**, objetivando a aquisição de : _____

Unai-MG, _____ de _____ de **2.023**.

NOME E ASSINATURA DO PROPONENTE LICITANTE

ANEXO V

MODELO “A”: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA D E C L A R A Ç Ã O Ref.: (identificação da licitação), inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Unai –MG, _____/_____/2023

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI

(fora do envelope)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Pregão Presencial nº 01/2023. A empresa: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o N° _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA sob as penalidades da Lei, ser microempresa /empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente.

Unai, (MG) _____ de _____ de **2023**

(nome/cargo/assinatura)

(OBS: DEVERÁ SER ASSINADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR CREDENCIADO, DESDE QUE TENHA PODERES OUTORGADOS PARA TANTO, APRESENTADA NO CREDENCIAMENTO FORA DOS ENVELOPES)

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO Nº xx/2023

Pelo presente Contrato regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pela Lei 8.666/1993, tem-se de um lado a Câmara Municipal de Unaí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.783.570/0001-23, com sede à Avenida José Luiz Adjuto nº 117, nesta Cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por seu presidente, **VEREADOR Edimilton Gonçalves Andrade**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a Empresa **XXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, situada à Rua XXXX, neste ato representada por xxxxxx, portador do CPF:xxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e contratado o seguinte:

1- DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de lanche ao Poder Legislativo (servidores e vereadores) nos dias em que houver expediente na Câmara Municipal de Unaí, pelo período da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2023, de acordo com o cardápio elaborado pela contratante, cuja qualidade deverá ser a mesma vendida no varejo da Contratada, nos termos da licitação realizada na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2023**, parte integrante deste contrato.

1.2 – O fornecimento do lanche diário dos itens 1 a 5 e 16 e 17 constantes no Termo de Referência será de acordo com o cardápio e a quantidade diária, posteriormente repassado pela Administração, podendo haver alteração com prévia comunicação, de acordo com a necessidade da Câmara, devendo ser entregue de segunda-feira a sexta-feira das 14:30 às 15:00 horas na Avenida José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí-MG.

1.3 - O fornecimento dos produtos especificados no Termo de Referência nos itens 6 a 15 será no último dia útil de cada mês em que houver expediente ou em data a ser informada pela Câmara, a partir da assinatura do contrato, conforme a quantidade solicitada previamente pela administração da Câmara.

1.4 – Nos casos de entregas ocasionais, os horários, datas e quantitativos para as entregas, serão informados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis;

1.5 - O fornecimento dos itens descritos no termo de referência (1 a 10 e 15) deverá ser somente de produtos fabricados no dia da entrega e os demais produtos deverão ser entregues antes do término dos respectivos prazos de validade e em bom estado de conservação.

2 – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – dá-se a este Contrato o valor estimado de R\$xxxx (xxxxxxx), referente ao fornecimento de lanche conforme quantitativo e especificações constantes no Termo de Referência anexo.

2.2 – O pagamento será efetuado **mensalmente**, em até 05 (cinco) dias úteis após a apuração do quantitativo utilizado no mês, mediante apresentação de nota fiscal e prévia liquidação da despesa pelo setor competente.

2.3 - O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

3 – DA VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência deste contrato é da assinatura até 31 de dezembro de 2023.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Fornecer o produto dentro dos padrões de qualidade que é vendida no varejo, sob pena de rescisão do contrato, nos termos do artigo 77 da Lei 8.666/1993.

4.2 – Entregar os produtos frescos, ou seja, fabricados no dia, com exceção dos itens 11 a 14, 16 e 17 que deverão estar dentro do prazo de validade e em bom estado de conservação.

4.3 – Entregar o lanche diariamente dentro das gramas e medidas previstas no termo de Referência, nos dias em que houver expediente, entre às **14:30 horas e 15:00** horas na Avenida José Luiz Adjuto, 117, Centro, Unaí-MG, conforme cardápio a ser fornecido pela contratante.

4.4 – Manter durante toda execução do contrato todas as obrigações por ele assumidas, inclusive as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.5 – A contratada fica obrigada aceitar, nos mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% do valor inicial deste contrato.

4.6 - Repor imediatamente o(s) produto(s) devolvido(s) pela CONTRATANTE que se encontrem impróprio para o consumo ou em desacordo com o estabelecido no Edital/Contrato;

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – Efetuar o pagamento à Contratada, dentro do prazo estabelecido no item 2.2 deste Contrato.

5.2 – Fornecer o cardápio e a quantidade, de acordo com a necessidade da Contratante, Disponibilizar a lista dos quantitativos, juntamente com as Notas de Empenho.

5.3 – Informar, previamente, à Contratada os dias em que não será necessário o fornecimento e a entrega do lanche no Poder Legislativo.

5.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado;

5.5 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades referentes ao fornecimento, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas;

6 – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido por conveniência ou interesse das partes, devendo emitir notificação prévia de 30 (trinta) dias.

6.2 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de rescindir Administrativamente este Contrato, sem que caiba à CONTRATADA, o direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza, independentemente de aviso ou interpelação judicial nos casos previstos em Lei.

6.3 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

6.4 - Constituem motivo para rescisão do contrato todas as hipóteses contidas no artigo 78 da Lei 8.666/93, no que for aplicável.

6.5 – A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses do artigo 79 da Lei 8.666/93.

7– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1- A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do serviço contratado;

7.2 – Em caso injustificado do não fornecimento do objeto deste contrato, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia que não entregar devidamente o lanche ao Poder Legislativo, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

7.3 – Em caso de entrega do lanche fora dos padrões de qualidade vendida no varejo da CONTRATADA, a administração poderá devolver ou se recusar a receber o produto. Ficando a contratada obrigada a fornecer imediatamente outro produto dentro dos padrões de qualidade. Sendo de inteira responsabilidade da Contratada eventuais prejuízos advindos da não aceitação do produto.

7.4 - Fica desde já a Contratada ciente que a reiteração do fornecimento inadequado do objeto deste contrato levará a rescisão contratual por parte da administração sem qualquer indenização.

7.5 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

7.6– Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da licitação, correrão por conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Unaí-MG, Funcional Programática **01.306.1000.2006** Elemento de despesa **33.90.39.27**. **ficha 17** (fornecimento de alimentação)

9 – DO FORO

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Unaí, para dirimir as dúvidas não resolvidas entre as partes, no caso de se esgotarem os entendimentos na esfera administrativa, renunciando desde já, a qualquer outro.

9.2 - E, por se acharem justas e Contratadas, as partes assinam e rubricam todas as folhas das 02 (duas) vias do presente Contrato, de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

Unaí-MG, xxx de xxxx de **2.023**.

Câmara Municipal de Unaí -MG

Vereador Edimilton Gonçalves Andrade

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

1° _____
Nome :
CPF:

1° _____
Nome :
CPF:

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA**PROCESSO Nº 01/2023****PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2023**

ÍTEM	QTDE	MARCA	PROCEDÊNCIA	UN	DESCRIÇÃO
					LOTE FECHADO
01	5.700			UN	PÃO DE SAL 50 GR / COM MANTEIGA EMBALAGEM INDIVIDUAL
02	9.000			UN	PÃO DE QUEIJO (+ OU - 40 GRAMAS)
03	9.000			UN	BISCOITO DE QUEIJO (+ OU - 40 GRAMAS)
04	5.700			UN	BOLO DE FUBÁ (10CM X 10 CM)
05	5.700			UN	ROSCA (+ OU - 50 GRS)
06	15			CENTO	PASTELZINHO DE CARNE
07	15			CENTO	COXINHA DE FRANGO
08	15			CENTO	EMPADINHA
09	15			CENTO	CROQUETE DE FRANGO
10	10			CENTO	SANDUICHE NATURAL (PEQUENO)
11	40			PET	REFRIGERANTE DE COLA
12	40			PET	REFRIGERANTE GUARANÁ
13	30			PET	REFRIGERANTE DE LARANJA
14	15			PET	REFRIGERANTE DE GUARANÁ DIET
15	30			KG	BOLO CONFEITADO P/ ANIVERSÁRIO
16	900			LT	LEITE UHT INTEGRAL / CAIXINHA
17	200			PCT	ACHOCOLATADO PCT C/ 800 GRAMAS
					Referencia: (NESCAU)

OBS: Na tabela acima, na coluna Marca é para os itens 11 a 14 e 16, 17. Já na coluna Procedência é para os demais itens e deverá colocar o nome da padaria.

A quantidade estimada poderá ser alterada pela administração com prévia comunicação.

A quantidade diária a ser entregue será repassada através de cardápio a ser fornecido pela Câmara. Sendo que os produtos descritos nos itens 1 a 10 e 15 deverão ser somente produtos fabricados no dia da entrega e os demais produtos

deverão ser entregues antes do término dos respectivos prazos de validade e em bom estado de conservação.

Os refrigerantes deverão ser entregues gelados.

O horário de entrega diário será de 14:30 às 15:00 horas na Avenida José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí-MG.